

**COHAB
ESPÍRITO SANTO**

Vitória, 16 de março de 2004.

OF./DAF/DPR/CIRCULAR/Nº 0118

Senhor Deputado,

Vimos pelo presente, apresentar a V. Exa cópia do relatório do seminário “Potencialidades das Companhias de Habitação”, realizado pela COHAB-ES, com o apoio do Governo do Estado do Espírito Santo, da Assembléia Legislativa do ES e da Associação Brasileira de Companhias de Habitação Popular – ABC.

O seminário, ocorrido nos dias 20 e 21 de novembro de 2003, na Assembléia Legislativa, teve o objetivo de divulgar experiências positivas de Companhias de Habitação Popular e contribuir com o debate da reestruturação da Política Habitacional do Espírito Santo.

A troca de experiências bem sucedidas e a posição do Ministério das Cidades de fortalecer as COHABs, ficaram registradas como saldo altamente positivo, o que abre ao Estado do Espírito Santo a oportunidade de incluir o tema habitação de interesse social em sua agenda política.

O apoio de V. Exa contribuirá significativamente para que o resultado positivo do evento possa se converter em soluções para os graves problemas habitacionais dos segmentos mais pobres da população.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos e informações adicionais necessários.

Atenciosamente,

HELENA ZORZAL NODARI
Diretora de Administração e Finanças
Paulo Bubach
Diretor Presidente

Exmo. Sr.
Cláudio Vereza
Deputado Estadual

O SR. PRESIDENTE – (CLAUDIO VEREZA)
– Ciente. Arquite-se.
Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO lê:

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

Vitória, 30 de março de 2004.

MENSAGEM Nº 066/2004

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa, que, amparado nos artigos 66, § 2º e 91, IV, da Constituição Estadual, **vetei**, totalmente por inconstitucionalidade, o **Projeto de Lei nº 266/2003**, originário dessa Casa Legislativa, de autoria do Deputado REGINALDO ALMEIDA, que tem por escopo “instituir

uso obrigatório de selos higiênicos na parte externa das embalagens de bebidas em lata para evitar contaminação e transmissão de doenças”.

Submetido ao exame dos senhores Deputados, o Projeto foi aprovado e, logo, transformado no **Autógrafo de Lei 04/2004**, ocasião em que essa Presidência, através do OF. SGP. Nº 15/2004, de 03 do mês corrente, encaminhou-me para os fins constitucionais de praxe.

Ao exame da matéria, observa-se que o autor do Projeto se arvorou em legislar sobre assunto de competência privativa da União conforme previsto no seu artigo 22, VIII, senão vejamos:

“**Art. 22** Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
VIII – Comércio exterior e interestadual;
.....

Parágrafo único. Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo”.

Nota-se, portanto, que o constituinte delegou à União competência privativa para editar normas condizentes com o comércio entre os Estados da Federação. Cabe, assim, aos Estados federados, guardar respeito ao comando constitucional, só podendo legislar sobre pontos específicos das matérias taxativamente elencadas no artigo 22 da Constituição Federal, mediante delegação da própria União, através de Lei Complementar.

Nessa direção leciona o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

“É a União que há de regular o comércio interestadual, isto é, o intercâmbio que transcende os limites de um Estado – membro ou Território ou Distrito Federal”.

Em que pese o zelo do legislador preocupando-se com a instituição de selos higiênicos nas embalagens de bebidas em latas produzidas e comercializadas no território estadual, invadiu ele a competência privativa da União Federal de legislar sobre comércio interestadual, posto que não fora editada Lei Complementar que o autorizasse, expressamente, a tratar da matéria.

A matéria abordada pelo legislador extrapola os limites territoriais do Estado do Espírito Santo, repercutindo, diretamente, no comércio interestadual, considerando que é freqüente a comercialização, aqui, de bebidas em lata oriunda de outros Estados federados.

Está patente, portanto, o vício de inconstitucionalidade formal, pois se mostra o presente Projeto de Lei ofensivo à Constituição Federal (art. 22 VIII), razão sobeja para a aposição do **veto total**.

Atenciosamente

WELINGTON COIMBRA
Governador em exercício.